

Unidade 2: Formação em História e Cultura Afro-Brasileira e Africana



Conteudista: Prof.^a Dr.^a Andrea Borelli | Prof.^a M.^a Elisabete Guilherme

Revisão Textual: Prof.^a M.^a Magnólia Gonçalves Mangolini

Objetivo da Unidade:

- Apresentar alguns aspectos das tensões e contribuições das comunidades nativas e afro-brasileiras para a formação da cultura nacional.



 Contextualização



 Material Teórico



 Material Complementar



 Referências



Contextualização

Videoaula

Veja, no vídeo a seguir, os assuntos abordados nesta unidade. Atente-se, pois, ao longo dele, você terá algumas questões reflexivas.



Atenção, estudante! Aqui, reforçamos o acesso ao conteúdo online para que você assista à videoaula. Será muito importante para o entendimento do conteúdo.

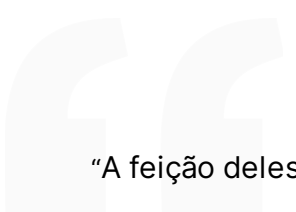


Material Teórico

As Comunidades Nativas

No momento em que os portugueses chegaram ao Brasil, o seu contato mais direto foi com os índios da nação tupi, que dominavam a região que se estende do litoral do Ceará a São Paulo, e os povos guaranis, que ocupavam o litoral Sul.

Além destes grupos, existiam outras nações indígenas, falantes de outras línguas, que os tupis chamavam de tapuias. Há registros dos modos de vida destes índios em viajantes como Hans Staden, Jean de Lery e mesmo na Carta de Pêro Vaz de Caminha.



“A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos, bons narizes, bem feitos. Andam nus, sem cobertura alguma. Não fazem o menor caso de encobrir ou de mostrar suas vergonhas; e nisso têm tanta inocência como em mostrar o rosto. ... traziam os beiços de baixo furados e metidos neles seus ossos brancos e verdadeiros, do comprimento duma mão travessa, da grossura dum fuso de algodão, agudos na ponta como furador. Metem-nos pela parte de dentro do beiço; e a parte que lhes fica entre o beiço e os dentes é feita como roque de xadrês, ali encaixado de tal sorte que não os molesta, nem os estorva no falar, no comer ou no beber.”

- **Carta de Pêro Vaz de Caminha a D. Manuel.**

O interesse dos portugueses para o país se deu por motivos político-econômicos, uma vez que a madeira chamada de pau-brasil será amplamente valorizada pelo seu valor na tintura de tecidos. Nesse período, segundo Holanda (2003, p. 38) “o corte do pau-brasil se organizará à base do aproveitamento da mão de obra indígena livre; esta retirava da floresta e transportava os troncos de madeira preciosa em troca de machados e quinquilharias europeias”.

A prática do escambo de pau-brasil marcou as primeiras décadas de contato entre os índios e os europeus, visto que, além dos portugueses, nossas praias eram visitadas por franceses que também cobiçavam o pau-brasil.



FIGURA 1

Fonte: Wikimedia Commons

#ParaTodosVerem: Foto de uma árvore pau brasil, vista da perspectiva de baixo para cima. O tronco é marrom avermelhado e apresenta cascas e textura características dessa árvore, as folhas verdes são abundantes, denotando ser uma árvore saudável. Fim da descrição.

O desenvolvimento da cultura açucareira modificou esta relação, pois os índios passaram a ser vistos como um obstáculo para a posse da terra e como mão de obra para os engenhos.

As relações tornaram-se conflituosas e os colonizadores conseguiram empurrar os grupos indígenas para o interior, além de lucrar com o comércio de escravos indígenas.

Sobre este tema é importante notar que a resistência dos índios em trabalhar estava fundamentada no fato de que o trabalho nas aldeias não era regulado e sistemático, como na agricultura açucareira. Este é o motivo que levou os índios a resistirem ao trabalho agrícola e não resistiu a trabalhar na extração do pau-brasil.



FIGURA 2 | Índios escravizados – Debret

Fonte: Wikimedia Commons

#ParaTodosVerem: Reprodução de uma pintura do pintor Jean Baptiste Debret intitulada “Soldados índios da província de Curitiba escoltando selvagens”, de 1834. A pintura mostra cinco adultos e 4 crianças. Estão andando uma atrás do outro em fila, sobre um tronco grosso de uma árvore caída. O primeiro da fila é um homem, veste uma calça branca, uma blusa branca de manga comprida e um colete cor laranja e verde, usa um chapéu na mesma cor do colete, carrega na mão esquerda uma espingarda apontada para frente. A segunda pessoa da fila é uma mulher, tem cabelo preto liso, está nua, os seios à mostra e os braços cruzados nas costas amarrados por uma corda fina, atrás da mulher há uma criança, também nua, está abraçada à perna esquerda da mulher. A terceira pessoa da fila é um homem, está nu, as mãos unidas na frente do peito e presas nos punhos pela outra ponta da corda que também prende a mulher à frente. O homem carrega nos ombros uma criança nua e outras duas crianças, também nuas, o seguem atrás, todos abraçados uns aos outros. A quarta pessoa da fila é um homem, usa calça e blusa de manga comprida branca, colete azul e amarelo e um chapéu com as mesmas cores, carrega uma espingarda apoiada no antebraço esquerdo, com o cano virado para trás. O último da fila é um homem, veste calça e blusa de manga comprida branca, um colete vermelho e amarelo, com chapéu nas mesmas cores, carrega um pássaro morto na mão esquerda e segura, na mão direita, uma espingarda apoiada no ombro direito e com o cano virado para trás, carrega nas costas um saco volumoso de cor branca. Fim da descrição.

O tema da escravidão traz outra questão: a ação dos missionários jesuítas. Os jesuítas organizaram grandes ações de catequização, que contribuíram para a destruição da cultura tradicional. Contudo, os jesuítas tentaram impedir a escravização dos indígenas, através de sermões contra este processo.

“que os índios sejam pagos de seu trabalho; nenhum índio irá servir a morador algum, nem ainda nas obras públicas...”

- VIEIRA, 2011

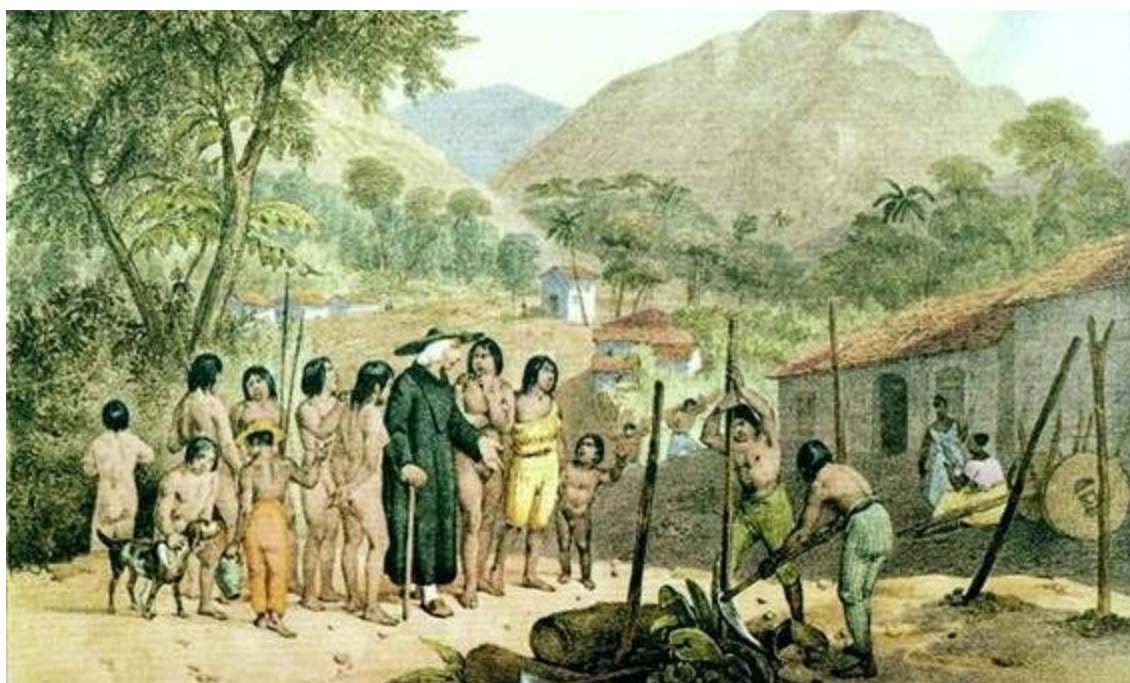


FIGURA 3 | Aldeia de índios cristãos - Rugendas

Fonte: Wikimedia Commons

#ParaTodosVerem: Reprodução de uma pintura do pintor Johann Rugendas, intitulada “Aldeia de índios Tapuios cristãos”, de 1820. A pintura mostra um povoado simples, com algumas casas. Ao fundo há uma paisagem com montanhas e árvores de várias espécies, algumas casinhas brancas com telhados

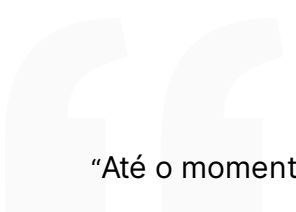
de cor marrom aparecem na paisagem atrás. No segundo plano, à esquerda, há um grupo de 10 indígenas de pé, reunidas em volta de um padre, parecem estar conversando à vontade: um deles acaricia um cachorro malhado. A maioria dos indígenas está retratada sem vestimentas, mas uma criança está vestindo uma calça cor laranja e um chapéu com a mesma cor, o peito está descoberto e ela está descalça. O padre está representado por uma batina de cor preta, chapéu com aba reta também de cor preta, os cabelos são grisalhos e usa um sapato de cor marrom. Apoia-se a uma bengala na mão esquerda; e a mão direita está espalmada, indicado que ele está explicando algo para o indígena que está à sua direita. O indígena à direita do padre está nu e olha atentamente para o rosto do padre, apoiando o queixo na mão direita. Ao lado dele há uma mulher indígena vestida com calça e blusa de cor amarela, está descalça. À direita da imagem aparecem duas mulheres conversando, uma delas está sentada em um carro de boi, que está parado em frente a uma casa, usa uma saia amarela e uma blusa cor de rosa; e a outra mulher está de pé ao seu lado, usando saia a blusa azul-claro. No primeiro plano, mais ao centro da imagem, há dois homens usando calças cor esverdeadas e sem camisa, estão trabalhando na terra, um deles usa uma picareta e o outro segura uma outra ferramenta com cabo comprido de madeira que toca o chão. Fim da descrição.

Além da igreja que ocupava um papel assistencialista, coube ao governo nacional mediar às relações entre os indígenas e colonos, e esta situação se manteve durante o império e a república.

Diversas tribos procuraram mudar para o interior para evitar os contatos com os brancos, e esta estratégia funcionou durante muito tempo. Um exemplo é a expedição dos irmãos Villas Boas.

Os irmãos Orlando, Cláudio e Leonardo Villas Boas foram parte da expedição que contatou os Xavantes, que na década de 40 ainda eram uma tribo hostil. Além disso, eles estabeleceram contatos com 14 povos do alto Xingu, que tinham uma grande diversidade cultural.


Durante a década de 70, os diversos grupos indígenas começaram a se organizar, e este movimento teve grande repercussão, e no final da década estes movimentos se organizaram na União Nacional das Nações, o que teve um grande impacto sobre a sociedade brasileira e colocou o tema dos indígenas em discussão.



“Até o momento, os brancos definiram que comportamentos e leis nós deveríamos seguir. Agora, com a nossa agenda, queremos redefinir essas regras (...) Na verdade, estamos iniciando um processo de luta, abrindo estradas para o futuro.”

- **Marcos Terena**

As discussões sobre o movimento indígena refletiram nas medidas criadas pela Constituição de 1988, que alterou a relação entre os índios e o estado, e reconheceu o direito a manter sua organização social e cultural, além de determinar que os grupos tivessem direito as terras que tradicionalmente ocupavam.



“**Art. 231.** São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.”

- **Constituição Federal de 1988**

Esta constituição inovou quando reconheceu o direito originário dos índios a terra, ou seja, este direito é anterior ao surgimento do estado, existindo de forma independente e sem a necessidade de reconhecimento formal.

Lei determina o que são as terras indígenas, no parágrafo 1 do artigo 231:

“São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.”

- **Constituição Federal de 1988**

A Constituição previa que as terras indígenas deveriam ser demarcadas em um prazo de cinco anos, contudo, isso nunca aconteceu e vários grupos ainda não tem este direito regularizado.

O Negro no Brasil

Chegando ao Brasil

A partir de 1530, aproximadamente, Portugal utilizou a ocupação do território recém-descoberto como meio de protegê-lo da invasão de outras nações para a extração e transporte do pau-brasil. Portanto, até meados de 1550 os poucos africanos moradores da colônia eram aqueles vindos do Reino trazidos entre os pertences pessoais dos colonizadores, como trastes de uso individual e doméstico (Holanda, 2003, p. 208ss).

O crescente e frutífero cultivo de cana-de-açúcar em terras brasileiras, a partir das experiências bem sucedidas na América Central, Antilhas e Ilhas da Madeira e Cabo Verde, justificou o aumento da demanda por mão de obra tanto para o trabalho na lavoura, no corte, transporte como no beneficiamento da cana nos engenhos de açúcar. E, diante dos obstáculos para a utilização da mão de obra indígena(resistência ao trabalho agrícola, proteção dos religiosos –

como frei Bartolomeu de Las Casas e padre Antônio Vieira, e de algumas legislações da época), a Coroa lançou mão do recurso que se mostrou como uma das atividades mais lucrativas da colônia: o aprisionamento, transporte e a escravização de africanos.

Essa nova modalidade de comércio – de seres humanos! – com o deslocamento forçado de aproximadamente 4 milhões de pessoas por quase trezentos anos, marcou profundamente a sociedade brasileira, e moldou as nossas relações econômicas, comerciais, culturais e afetivas com o continente africano e com os afro-brasileiros descendentes dele.

Antes de investir na escravidão africana, os portugueses apostaram na escravização das populações locais, que eram chamados de negros da terra em oposição aos africanos, que inicialmente, eram conhecidos por negros da guiné.

Por volta do século XVI, a oferta de escravos indígenas diminuiu e o governo português passou a estimular o tráfico africano, que era mais lucrativo e interessante para a metrópole. Contudo, cabe destacar que em muitas regiões pobres da colônia, a escravidão dos índios continuou a ser praticada, afinal, o escravo indígena era mais barato que o africano.

No século XVIII, o tráfico tinha se consolidado como uma das atividades mais lucrativas da colônia, e os traficantes eram pessoas ricas e poderosas que participavam da vida política, social e religiosa da colônia.

Os portugueses trouxeram pessoas de todas as regiões do continente africano e esta medida objetivava impedir a concentração de indivíduos com mesma língua e cultura. Deve-se destacar que este ideal nem sempre era alcançado, pois os traficantes muitas vezes agrupavam as pessoas para facilitar o apresamento.

Ao observar a imagem abaixo, é possível notar os dois principais grupos étnicos de africanos trazidos para o Brasil: os bantos e os nagôs-yorubás (também chamados de sudaneses).

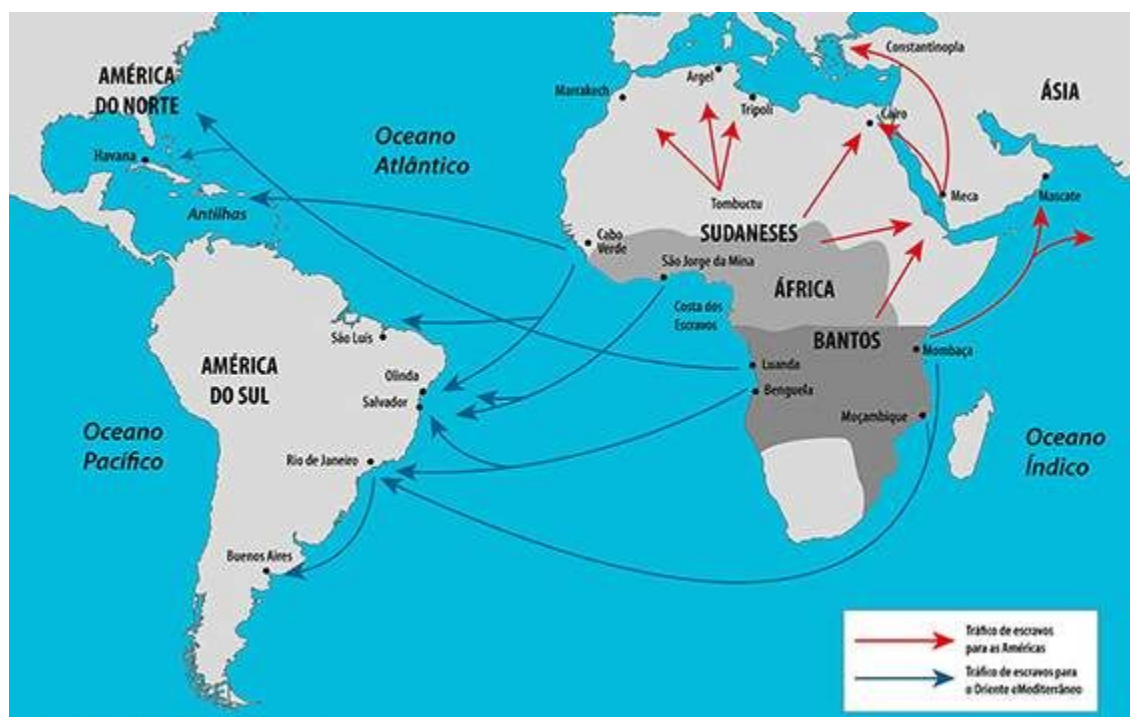


FIGURA 4 Mapa com as rotas de tráfico

Fonte: Adaptada de Getty Images

#ParaTodosVerem: Figura de um mapa mostrando o continente americano, o africano e parte do asiático. Há linhas azuis que indicam as rotas do tráfico de escravos para as Américas a partir da África: da cidade de Cabo Verde saíam rotas para as Antilhas (América central), Olinda e São Luís, no Brasil. Da cidade de São Jorge de Mina saíam rotas para Olinda e Salvador, no Brasil; da cidade de Luanda saíam rotas para América do Norte e Havana, na América Central; da cidade de Benguela a rota era para Salvador e Rio de Janeiro; de Mombaça e Moçambique, as rotas iam até Rio de Janeiro e Buenos Aires. Já as setas vermelhas indicam o tráfico da África para o Oriente e o Mediterrâneo: da cidade de Tombuctu as rotas iam até Marrakech, Angel e Trípoli; setas indicam que sudaneses eram traficados para o Cairo, para Meca e Constantinopla; da cidade de Mombaça, saia rota para Mascate e outras partes da Ásia. Fim da descrição.

As pessoas apresadas no interior da África eram transportadas para os portos de saída e muitos morriam já neste trajeto, devido aos maus tratos e as doenças, causados pela desidratação, desinterias bacilares e amebianas, anorexia e apatia – tipo de *banzo* (negreiros ingleses chamavam de *mortal melancholy*), além de surtos de escorbuto. A situação não era melhor nas áreas portuárias, onde eram colocados em barracões ou cercados e, segundo os dados 40% dos aprisionados morriam ainda nas feiras no interior de Angola, de 10% a 12% faleciam durante o

mês de espera ainda no porto e 9% durante a travessia atlântica. Após 04 anos de trabalho na América Portuguesa, apenas um indivíduo em cinco dos desembarcados vivos conseguia sobreviver.

“Quando estávamos prontos para embarcar, fomos acorrentados uns aos outros e amarrados com cordas pelo pescoço e assim arrastados para a beira do mar. O navio estava a alguma distância da praia. Nunca havia visto um navio antes e pensei que fosse algum objeto de adoração do homem branco. Imaginei que seríamos todos massacrados e que estávamos sendo conduzidos para lá com essa intenção. Temia por minha segurança e o desalento se apossou quase inteiramente de mim... Não sabia do meu destino. Feliz de mim que não sabia. Sabia apenas que era um escravo, acorrentado pelo pescoço, e devia submeter-me prontamente e de boa vontade, acontecesse o que acontecesse. Isso era tudo quanto eu achava que tinha o direito de saber.”

- BAQUAQUA, 1854

Leitura

Biografia de Mahommah G. Baquaqua

Sobre a experiência de Mahommah G. Baquaqua no Brasil, você pode ler o texto da historiadora Silvia Hunold Lara.

Clique no botão para conferir o conteúdo.

ACESSE

Os escravos eram alojados nos porões dos navios negreiros, também chamados de tumbeiros. Nestes navios, além da superlotação, eles passavam por todos os tipos de privação, recebiam pouca água e quase nenhum alimento, o que ampliava o número de mortes – daí o nome de tumbeiros, pois os corpos dos mortos eram deixados por dias ao lado dos que ainda permaneciam vivos. Os relatos de motins em navios negreiros são raros, contudo eles aconteciam e para evitar problemas, os escravos mais inquietos eram acorrentados as paredes ou ao chão do barco.

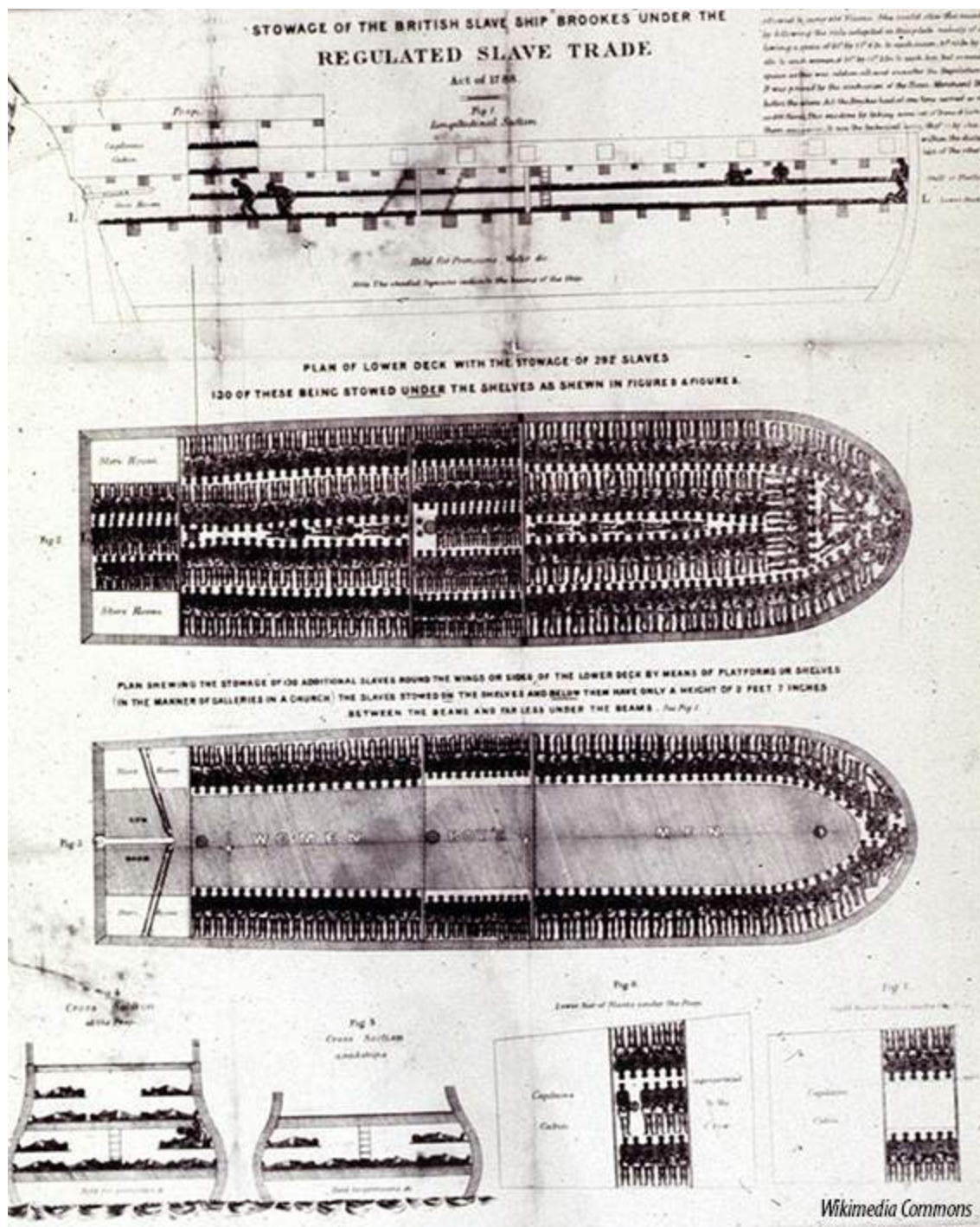
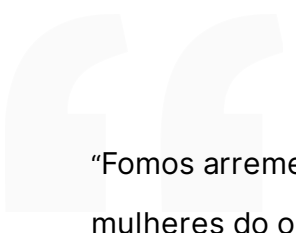


FIGURA 5 | Tumbeiros

Fonte: Wikimedia Commons

#ParaTodosVerem: Figura de uma antiga planta de um navio negreiro inglês. A planta demonstra que uma grande quantidade de escravos era transportada em pequenos espaços. Fim da descrição.

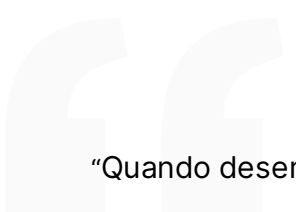


“Fomos arremessados, nus, porão adentro, os homens apinhados de um lado e as mulheres do outro. O porão era baixo que não podíamos ficar em pé, éramos obrigados a nos agachar ou a sentar no chão. Noite e dia eram iguais para nós, o sono nos sendo negado devido ao confinamento de nossos corpos. Ficamos desesperados com o sofrimento e a fadiga. Oh! A repugnância e a imundície daquele lugar horrível nunca serão apagadas de minha memória. Não: enquanto a memória mantiver seu posto nesse cérebro distraído, lembrarei daquilo. Meu coração até hoje adoece ao pensar nisto.”

- BAQUAQUA, 1854

Os africanos trazidos para o Brasil eram majoritariamente homens jovens, entre 10 e 30 anos, pois era levado em consideração o pouco tempo de vida útil de um escravo em jornada de trabalho que nos períodos do auge da indústria de açúcar poderiam chegar a 20 horas de trabalho nas lavouras e nos grandes engenhos instalado em Pernambuco e na Bahia. Com a descoberta do ouro e o trabalho nas minas, essa situação não foi alterado. O número de mulheres e crianças era pequeno por, ao menos, dois motivos: os brasileiros preferiam escravos que pudessem iniciar imediatamente as tarefas para os quais foram adquiridos, e as mulheres e crianças pequenas eram vendidas na própria África pelas tribos que controlavam o tráfico.

No momento em que chegavam ao Brasil, os escravos eram vacinados, desembarcados, batizados, contados e os traficantes deviam pagar os impostos devidos à coroa. Uma vez vendidos, os africanos – agora escravos – eram destinados as mais diversas tarefas. Sobretudo, serão os engenhos em grandes latifúndios destinados ao cultivo da cana e produção de açúcar, assim como mais tarde as minas para a extração de minérios e metais preciosos, seus novos lares.



“Quando desembarquei, senti-me grato à Providência por ter me permitido respirar ar puro novamente, pensamento este que absorvia quase todos os outros. Pouco me importava, então, de ser um escravo, havia me safado do navio e era apenas nisso que eu pensava... Permaneci nesse mercado de escravos apenas um dia ou dois, antes de ser vendido a outro traficante na cidade que, por sua vez, me revendeu a um homem do interior, que era padeiro e residia num lugar não muito distante de Pernambuco. Quando um navio negreiro aporta, a notícia espalha-se como um rastilho de pólvora. Acorrem, então, todos os interessados na chegada da embarcação com sua carga de mercadoria viva, selecionando do estoque aqueles mais adequados aos seus propósitos, e comprando os escravos na mesmíssima maneira como se compra gado ou cavalos num mercado. Mas, se num carregamento não houver o tipo de escravo adequado às necessidades e desejos dos compradores, encomenda-se ao Capitão, especificando os tipos exigidos, que serão trazidos na próxima vez em que o navio vier ao porto. Há uma grande quantidade de pessoas que fazem um verdadeiro negócio dessa compra e venda de carne humana e que só fazem isso para se manter, dependendo inteiramente desse tipo de tráfico.”

- BAQUAQUA, 1854



FIGURA 6 | Mercado de escravos, Rugendas

Fonte: Wikimedia Commons

#ParaTodosVerem: Litografia do artista alemão Johann Moritz Rugendas, século 19. Mostra um local de compra e venda de escravos. Ao fundo mostra uma paisagem tropical de uma praia, com montanhas, palmeiras e a torre de uma igreja ao longe. Dentro do mercado, em uma estrutura com três arcos, há várias pessoas. Do lado esquerdo há um grupo de negros, todos do sexo masculino, sem vestimentas na parte de cima, sentados em uma esteira de palha. Três deles estão de pé, um deles está apoiado no parapeito e olha a praia. Em frente há um homem branco que os olha, está com vestimentas elegantes, típicas da época, de cor azul, usa também uma cartola de cor bege e está olhando para o grupo de negros. Do lado direito ao fundo há um grupo de crianças negras, um deles recebendo algo de comer uma mulher negra sentada com uma cesta de frutas; ao lado dele há um homem negro, usando chapéu e roupas de cor clara, indica que é um capitão do mato que está negociando com um homem branco, de cabelos pretos e roupa de cor verde e alaranjada, a mão direita do homem está queixo de um negro que está de pé, tem compleição física forte e veste apenas um *short* cor de rosa. À frente há um grupo de mulheres negras, com os seios à mostra, sentadas em esteiras de palha em volta de uma panela que está em cima de uma fogueira. Uma delas segura um bebê no colo. Fim da descrição.

As mudanças nas estruturas econômicas internacionais alteram os interesses da coroa britânica nas questões relativas ao tráfico negro e, a partir do Bill Aberdden, a marinha inglesa passou a perseguir os navios negreiros, o que dificultou a entrada de africanos no país.

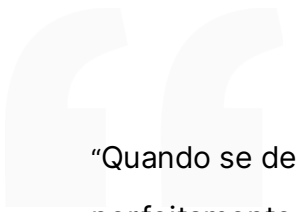
Em 1850, a Lei Eusébio de Queiroz proibiu o tráfico vindo da África, mas a escravidão ainda permanecia como uma estrutura importante, seja pelo contrabando ou pelo comércio interprovincial.

Os homens e mulheres expostos a este comércio sofreram o mesmo desenraizamento dos que foram trazidos da África para o Brasil. Eles também foram arrancados de suas regiões de nascimento e das suas famílias.

Em Costas Negras...

A maior parte da riqueza produzida no Brasil foi, por mais de trezentos anos, resultado do trabalho escravo.

A principal e mais importante mão de obra nos grandes latifúndios, produtores de cana e depois café, era a escrava africana. Com a descoberta dos metais preciosos e do minério, os escravos foram introduzidos nas zonas de mineração, uma vez que em várias regiões da África a forja de metal era atividade há muito conhecida. O cultivo de pequenas hortas também era atividade destinada a escravos – herdando a tradição africana, ficavam aos cuidados das mulheres - e os gêneros produzidos, assim como a criação de pequenos animais domésticos, enriqueciam o cardápio da casa-grande e, em menor proporção a ração dos cativos também.



“Quando se desembarca na Bahia, o povo que se movimenta nas ruas corresponde perfeitamente à confusão das casas e vielas. De feito, poucas cidades pode haver tão originalmente povoadas como a Bahia. Se não se soubesse que ela fica no Brasil,

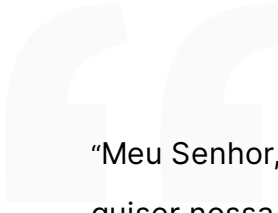
poder-se-ia tomá-la sem muita imaginação, por uma capital africana, residência de poderoso príncipe negro, na qual passa inteiramente despercebida uma população de forasteiros brancos puros. Tudo parece negro: negros na praia, negros na cidade, negros na parte baixa, negros nos bairros altos. Tudo que corre, grita, trabalha, tudo que transporta e carrega é negro; até os cavalos dos carros na Bahiasão negros.”

- AVE-LALLEMANT, 1961

A escravidão era uma prática disseminada na sociedade brasileira, além dos grandes proprietários, a maioria da população, militares, funcionários públicos, e mesmo ex-escravos tinham escravos. Nas áreas urbanas, aliás, a maioria dos escravos estava concentrada em pequenos grupos de até dois cativos.

A relação entre os senhores e seus escravos era marcada pela coação, e os escravos tinham poucas formas de defesa contra o seu proprietário, apesar da lei proibir atos de crueldade contra estas pessoas.

As denúncias de maus tratos eram poucas e, geralmente, o responsável era “perdoado” mediante o pagamento de multa. Contudo, os escravos nunca foram figuras passivas, e procuravam resistir à dominação, através de estratégias que subvertiam a ordem estabelecida e por atos de resistência, como fugas, que levam os senhores a repensar suas práticas, procuram um equilíbrio entre coação e convencimento.



“Meu Senhor, nós queremos paz e não queremos guerra; se meu senhor também quiser nossa paz há de ser nessa conformidade, se quiser estar pelo que nós quisermos a saber. Em cada semana nos há de dar os dias de sexta-feira e de sábado para trabalharmos para nós não tirando um destes dias por causa de dia santo...

Poderemos plantar nosso arroz onde quisermos, e em qualquer brejo, sem que para isso peçamos licença, e poderemos cada um tirar jacarandás ou qualquer pau sem darmos parte para isso. A estar por todos os artigos acima, e conceder-nos estar sempre de posse da ferramenta, estamos prontos para o servirmos como dantes, porque não queremos seguir os maus costumes dos mais Engenhos. Poderemos brincar, folgar, e cantar em todos os tempos que quisermos sem que nos impeça e nem seja preciso licença.”

- REIS, 1996

As condições de vida dos escravos no Brasil eram muito ruins, seja nas áreas urbanas ou rurais.

A moradia mais comum era a senzala, que podia assumir diversos formatos. Geralmente, a senzala era um grande barracão com uma única entrada e que era fechada durante a noite. Algumas vezes, podiam ser construídos barracões para homens e outro para mulheres e, além disso, as senzalas podiam conter compartimentos para casais com filhos. Em outros locais, as moradias eram barracos construídos pelos próprios escravos, seguindo suas tradições culturais, contudo, isso não significa que estes trabalhadores eram menos vigiados que os que viviam em outras condições.

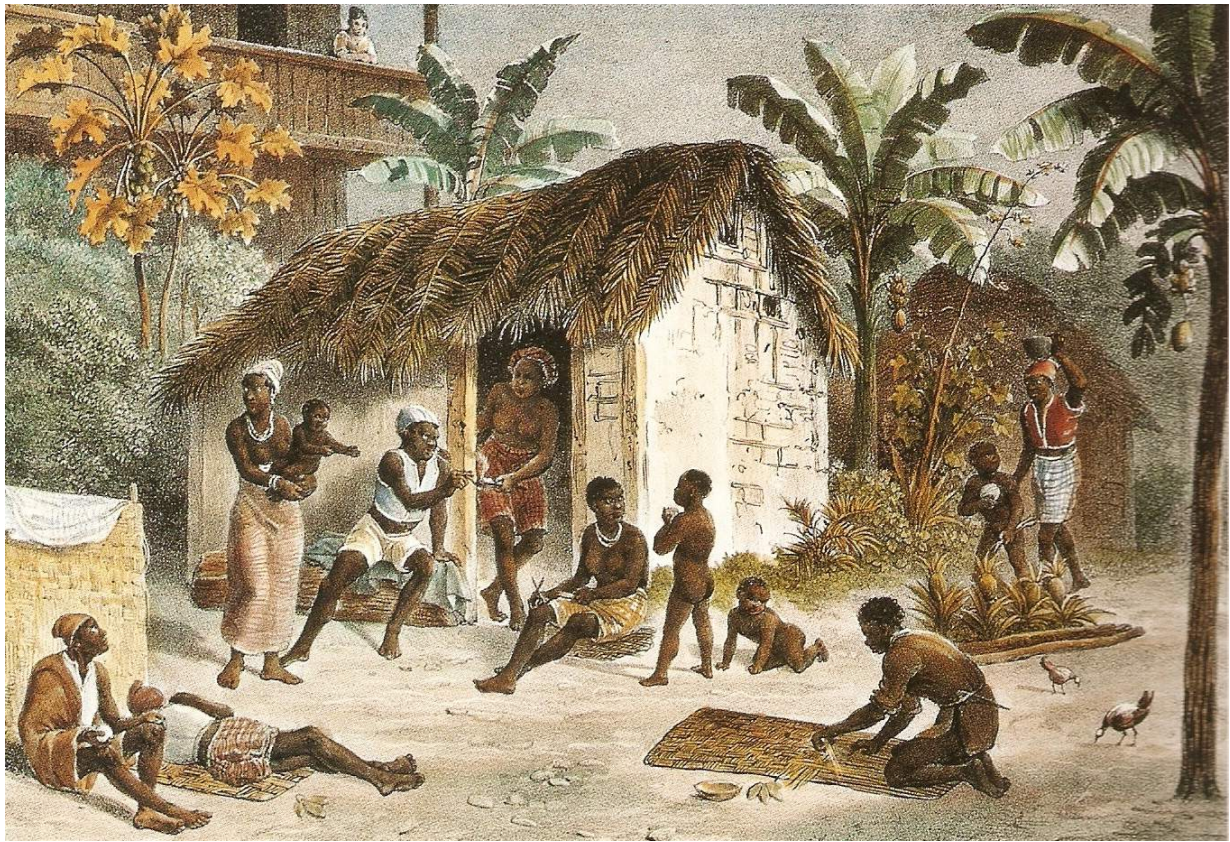


FIGURA 7 Casa de escravos – Rugendas

Fonte: Wikimedia Commons

#ParaTodosVerem. Pintura do artista alemão Johann Moritz Rugendas, século 19 “Habitação de negros”. Retrata uma aldeia com moradias de pessoas negras. Do lado esquerdo há uma casa pequena de pau a pique com cores claras, o telhado é de palha seca. Na frente da casa há: 6 adultos e três crianças negras: uma mulher usa um turbante e um colar branco e uma saia comprida de cor clara, os seios estão à mostra e carrega um bebê negro nu. Ao lado dela há um homem sentado que está fumando um cachimbo que está sendo acendido por outra mulher, que usa um turbante e uma saia de cor vermelha, os seios também à mostra. Ao lado, há outra mulher, sentada em uma esteira de palha no chão, usa uma saia amarela e os seios estão à mostra, segura uma tesoura e conversa com uma criança negra nua que está de pé ao lado de outra também nua engatinhando no chão. Na frente, um homem descansa deitado em uma esteira de palha enquanto outro confecciona uma dessas esteiras. Ao fundo da casa há uma bananeira e outra pequena casa. Ao fundo do lado direito, uma mulher negra vestida com saia clara e blusa vermelha, leva um recipiente em cima da cabeça, apoiando-o na mão direita. A mão esquerda está apoiada nas costas de uma criança negra e nua que leva um objeto redondo nas mãos. Fim da descrição.

Nas regiões de mineração, os escravos viviam em moradias, chamadas de ranchos, que podiam ser desmontadas para acompanhar as mudanças na área a ser explorada.

Além de viver em condições terríveis, as vestimentas usadas pelos escravos eram ainda mais precárias. Aliás, a vestimenta era uma forma de diferenciar os escravos; os domésticos usavam roupas de melhor qualidade porque acompanhavam seus senhores em suas atividades cotidianas e muitas vezes os escravos que agradavam o seu senhor, como aqueles que descobriam pedras preciosas na área de mineração, recebiam roupas como forma de premiação.

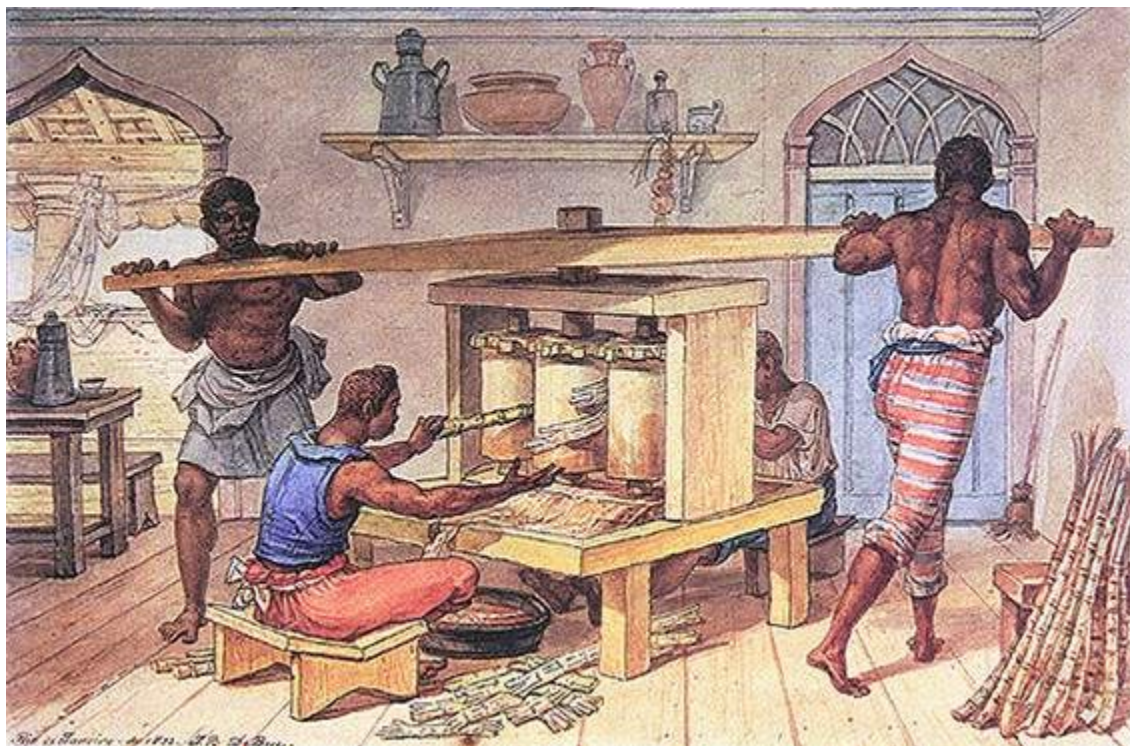


FIGURA 8 | Escravos trabalhando em um engenho – Debret

Fonte: Wikimedia Commons

#ParaTodosVerem: Pintura do artista Debret. Mostra quatro escravos negros trabalhando em um engenho. Dois deles estão de pé, com peitos nus e giram uma estrutura de madeira que faz também girar 3 cilindros no centro na estrutura. Há dois outros negros sentados inserindo as canas de açúcar nos

cilindros que as esmagam e tiram o líquido, que cai em um recipiente no chão.
Fim da descrição.

Todos os observadores eram unânimes em dizer que os escravos no Brasil eram mal alimentados, e isso tinha um grande peso na pequena perspectiva de vida deste grupo. Em muitos casos, os senhores permitiam que os escravos completassem sua parca alimentação através da caça de pequenos animais, da pesca e, em muitas fazendas, recebiam a permissão para iniciar pequenas lavouras.

Estas lavouras eram interessantes tanto para os senhores, que transferiam a responsabilidade da alimentação para os próprios cativos, quanto para os escravos que tinham acesso a melhores alimentos e a maior diversidade de produtos.

Nas cidades, os escravos realizam as mais diversas atividades. Ao tratar do “levante dos Malês” ocorrido na cidade de Salvador em 1835, Reis menciona a presença de carregadores de água e de pessoas, pedreiros, sapateiros, ferreiros entre as profissões exercidas por negros libertos – e alguns escravos –, entre os revoltosos.

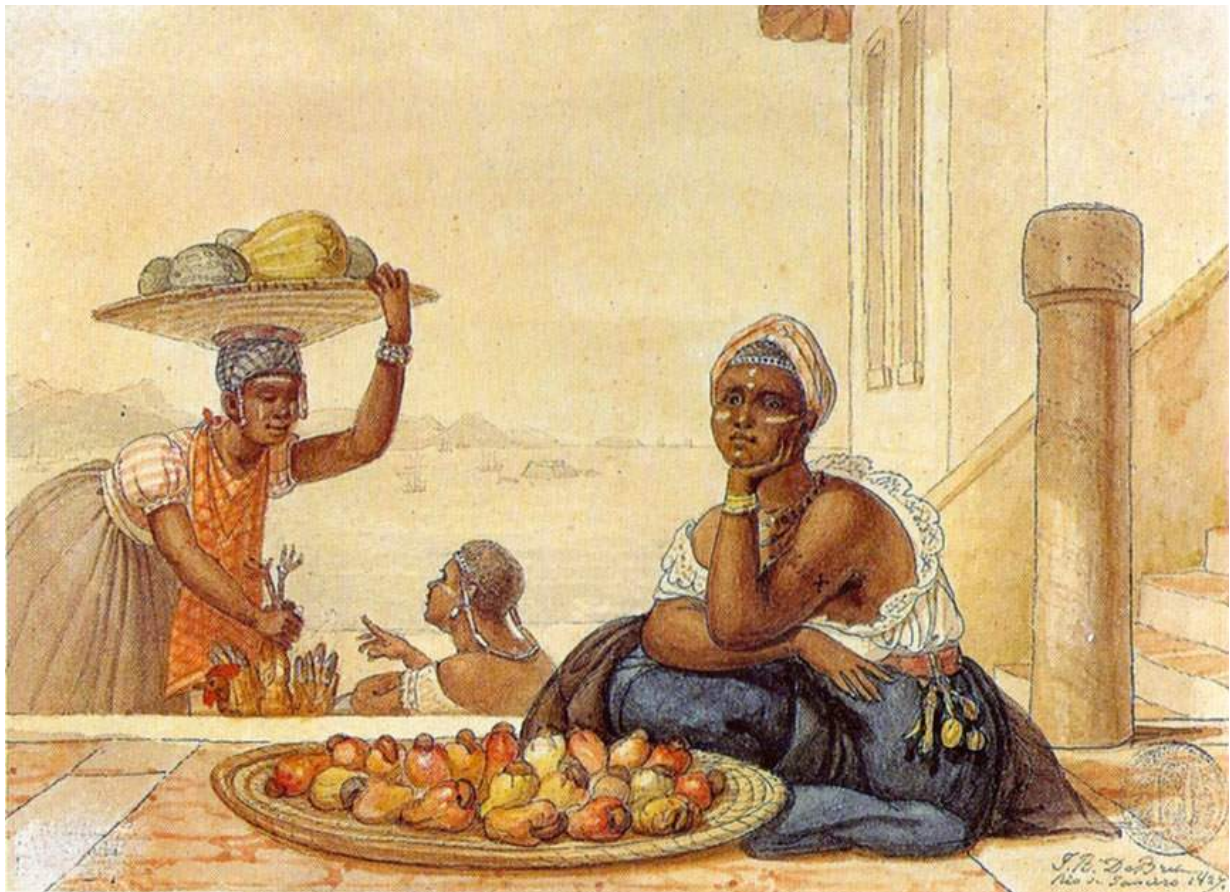


FIGURA 9 | Negras de Tabuleiro – Debret

Fonte: Wikimedia Commons

#ParaTodosVerem: Pintura do artista Debret, “As negras do tabuleiro”. Mostram três mulheres negras em uma escadaria de pedra. No fundo à esquerda, há uma mulher negra usando uma blusa com listras alaranjadas e saia, leva na cabeça, sobre o turbante azul e branco, uma cesta com algumas frutas. Apara equilibrar, ela segura a cesta com o braço direito, enquanto no braço esquerdo segura uma galinha pelas patas e mostra a outra mulher que está sentada na frente. No primeiro plano da pintura há uma mulher negra sentada na escadaria, usa saia azul, blusa branca mostrando os ombros, tem a face pintada com uma pintura de cor amarelada nas bochechas nariz, queixo e testa. Usa um turbante de cor alaranjada. Está com o braço direito dobrado e a mão apoiada no queixo, está com um semblante entediado. Na sua frente no chão há um recipiente grande de palha com muitos cajus. Fim da descrição.

Às mulheres cabiam os ofícios relacionados à vida doméstica, como costureiras, cozinheiras ou pajens. Por isso, era comum ver negras com seus tabuleiros ajustados aos torsos da cabeça

vendendo – ou mercando – pelas ruas das cidades, os seus quitutes. Em muitas culturas africanas, a arte de mercar/negociar é feminina e tal característica foi mantida entre as africanas que sobreviveram em terras brasileiras. Juntando o pouco lucro que obtinham com seu trabalho (depois de dar ao senhor/a a parte que lhes cabia), essas mulheres foram responsáveis pelo sustento de seus filhos e conseguiam, em algumas ocasiões, comprar a liberdade deles e também a de seus maridos/companheiros.

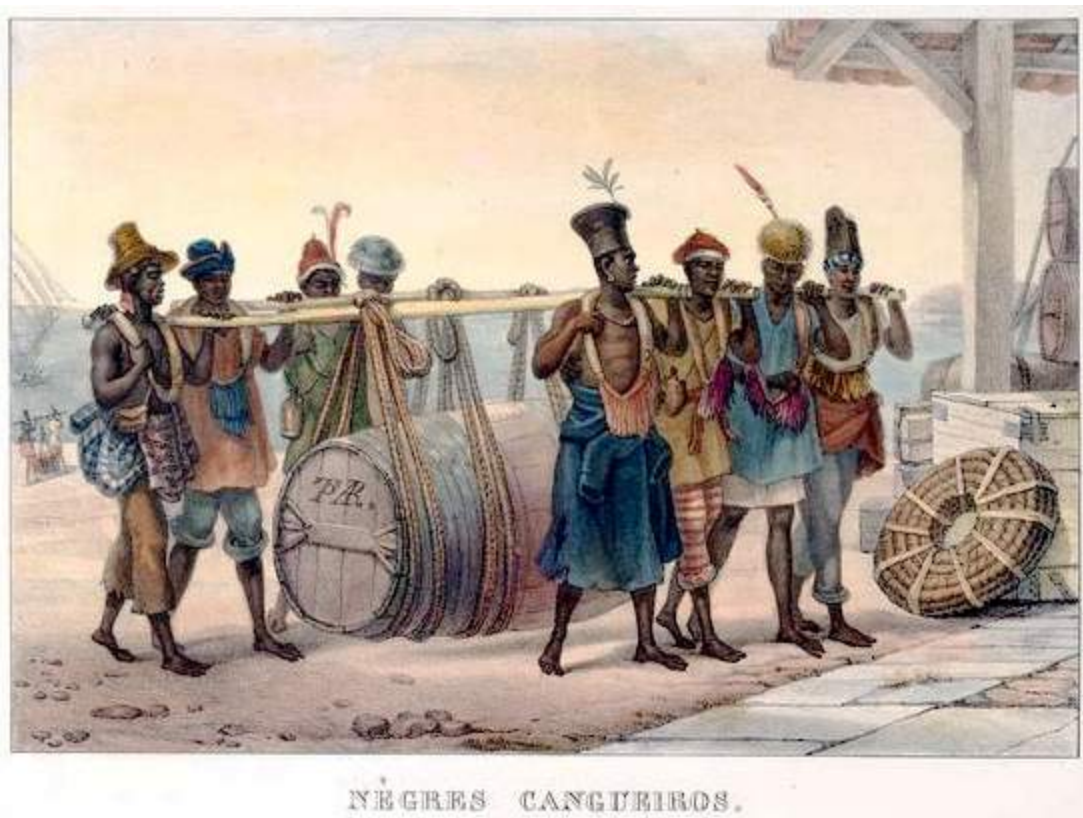


FIGURA 10 | **Negros carregadores – Debret**

Fonte: Wikimedia Commons

#ParaTodosVerem: Pintura do artista Debret, “Negros carregadores.” Retrata 8 homens negros. Todos usam roupas coloridas, colares coloridos e chapéus. Alguns chapéus com penas e adereços chamativos. Quatro deles estão frente e quatro atrás, no meio carregam um grande barril de madeira que está suspenso por cordas e por varas de madeira. Eles o carregam levantando as varas e apoiando nos ombros. Fim da descrição.

Nas áreas urbanas, os escravos passavam uma boa parte de seu tempo longe dos olhos de seus senhores, contudo isso não significa que estavam livres do controle de seus senhores. Deve-se observar entre tanto, que a relativa autonomia dos escravos urbanos era real, principalmente no caso dos chamados escravos de ganho.

Ter um escravo, não só para explorar, mas também como sinal de poder econômico e desejo de ascensão social era algo almejado por pequenos comerciantes, burgueses e, até mesmo, libertos. Segundo Reis (2003, p. 32) “era grande o número de baianos sustentados por um, dois ou três escravos que possuíam”. E ainda, citando o comerciante inglês James Wetherell, informa que “em muitos casos, aposse e o uso de escravos são o único meio de subsistência” na colônia.

Todos os escravos urbanos eram proibidos de circular nas cidades depois de anoitecer e não podiam portar nenhum tipo de arma, e isso se deve ao medo de um possível levante contra os senhores ou os outros moradores.

Apesar de todas estas medidas, os escravos continuavam circulando, trabalhando e participando da vida das cidades, durante o dia e durante a noite.

O espaço do trabalho, seja para os escravos urbanos ou para os rurais, era o local de forjar solidariedades, de aprender ofícios ou de aprender a língua. Estas alianças obedeciam muitas lógicas diferentes; os escravos podiam se agrupar devido à sua origem, profissão ou pelo fato de pertencerem ao mesmo senhor. Observe que estes grupos podiam ser antagonistas, devido às questões tribais ou rivalidades profissionais e, muitas vezes, os senhores procuravam agravar estas diferenças para melhor controlar a situação.

A Família e a Comunidade

As comunidades escravas no Brasil foram resultado do tráfico, que tinha como elemento central o processo de desenraizamento do indivíduo, e esta característica fez que outros elementos, como o trabalho, a religiosidade ou os grupos de convívio, sedimentassem os sentidos de família e de comunidade.

Os primeiros contatos entre os senhores e os escravos eram organizados para marcar a relação de propriedade/dominação entre eles; ou seja, o senhor pretendia reafirmar sua autoridade ao escravo.

Esta estrutura social tinha como apoio a ação da Igreja Católica que procurava incutir paciência e obediência nos escravos.

A escravidão dificultava a formação de relações familiares, uma vez que existia um grande desequilíbrio entre homens e mulheres nas senzalas, entre outros problemas. Contudo, os estudos mais recentes apontam que os escravos procuravam manter relações conjugais estáveis e estabeleciam famílias extensas, além de outras estruturas de convivência muito importantes, como o compadrio.



FIGURA 11 Casamento de negros, provavelmente ligados a famílias de elite – Debret

Fonte: ufpr.br

#ParaTodosVerem: Pintura do artista Debret, casamento de negros, provavelmente ligados a famílias de elite. Há 8 pessoas na imagem. O ambiente

parece ser uma casa de pessoas rica, as paredes são claras. No centro da imagem, há um padre branco, com vestimenta religiosa, de cor branca, preta e amarela. Os noivos estão de frente um pro outro de mãos dadas e as mãos do padre sobre a deles. O noivo veste calça branca, sapato preto, camisa colorida. A noiva veste um vestido branco com detalhes azuis, um adereço branco na cabeça e colar e brincos de cor clara. Do lado esquerdo da imagem há dois homens negros, de pé observando, ambo estão de calças brancas, um está de camisa de tom marrom e o outro de tom azul, ambos seguram os chapéus nas mãos. Do lado direito há duas mulheres negras, uma delas com vestido amarelo e uma com vestido branco, ambas levam adereços na cabeça, colares e brincos de cores claras. Do lado direito, ao lado das mulheres, há um homem negro, usando camisa e calça de cor escura, segurando o chapéu nas mãos e também observando o casamento. Fim da descrição.

Os dois grupos de africanos trazidos para o Brasil trouxeram consigo suas práticas religiosas que, se por um lado foram mescladas entre si, por outro se recriaram e se adaptaram à nova realidade. Os africanos já conheciam e praticavam tanto o Cristianismo como o Islamismo, além das outras religiões tradicionais de cada nação, clã ou país. Dentre os aspectos preservados e re-criados cabe destacar: o respeito pelos ancestrais, a existência de forças do bem e do mal, a fé nos espíritos, a importância dos curandeiros, a existência de um deus supremo e a oralidade na transmissão das tradições.

O catolicismo era a religião obrigatória do país, e muitos escravos, todos batizados por ocasião do desembarque, participavam ativamente de seus ritos, reuniões e festas. Tais eventos festivos eram esperados e vivenciados com alegria, pois permitiam alguns momentos de paz no inferno cotidiano a que estavam submetidos.

As festas religiosas na Colônia irão colaborar para o surgimento de Irmandades para agregar negros por parte da Igreja Católica, e tal fato ajudará na difusão e na permanência de estruturas africanas dentro do catolicismo brasileiro. Organizadas, podiam reproduzir as várias etnias africanas em seu interior, como os jejes, os nagôs, angolas e crioulos em irmandades distintas ou ainda, as que acolhiam negros das mais distintas origens como a Irmandade do Rosário das Portas do Carmo que desde 1685 – fundada por angolanos – agregava crioulos, jejes etc. E mesmo podendo potencializar as rivalidades entre os grupos/nações, as confrarias e irmandades serão verdadeiros focos de resistência e manutenção de tradições de origens africanas.

Vídeos

Ep.8 | Boa Morte – Cachoeira/BA

Para conhecer a história de uma das mais importantes e antigas irmandades da região do Recôncavo Baiano, veja o vídeo sobre a Irmandade da Boa Morte de Cachoeira formada, ainda hoje, exclusivamente por mulheres descendentes diretas de africanos:

Clique no botão para conferir o conteúdo.

ASSISTA



FIGURA 12 | Festa de irmandade negra – Rugendas

Fonte: bibliotecavirtual.sp.gov.br

#ParaTodosVerem. Pintura do artista Rugendas, Festa de Nossa Senhora do Rosário, padroeira dos negros. Representa uma festa religiosa da irmandade do Rosário. Há mais de 30 pessoas negras na imagem, há mulheres e homens, todos com roupas coloridas nos tons de amarelo, vermelho, laranja e azul. Carregam três estandartes: um azul com um sol amarelo no centro, o outro amarelo com figuras de várias bananas e um terceiro estandart vermelho e amarelo. No centro do quadro, entre as pessoas, há duas figuras notórias, o rei e a rainha do Congo, eleitos nessa comemoração. O rei usa uma roupa vermelha e ornamentada com detalhes amarelos, na cabeça leva uma coroa amarela. A rainha, ao lado do rei, usa um vestido de cor clara, ornamentado com outro tecido azul. Na cabeça leva um ornamento vermelho. Ao fundo da imagem há uma paisagem tropical, com árvores, bananeiras e casas e igreja ao longe. Fim da descrição.

Além das festas, novenas e outras práticas religiosas, as irmandades promoviam proteção para seus membros, sendo responsáveis por compras de alforrias e, sobretudo, por garantir um enterro digno ao irmão/ã falecido por meio do cumprimento de rígidos rituais fúnebres de sua nação de origem. (Para aprofundar o estudo sobre esse tema, veja a obra “A morte é uma festa” de João José Reis).

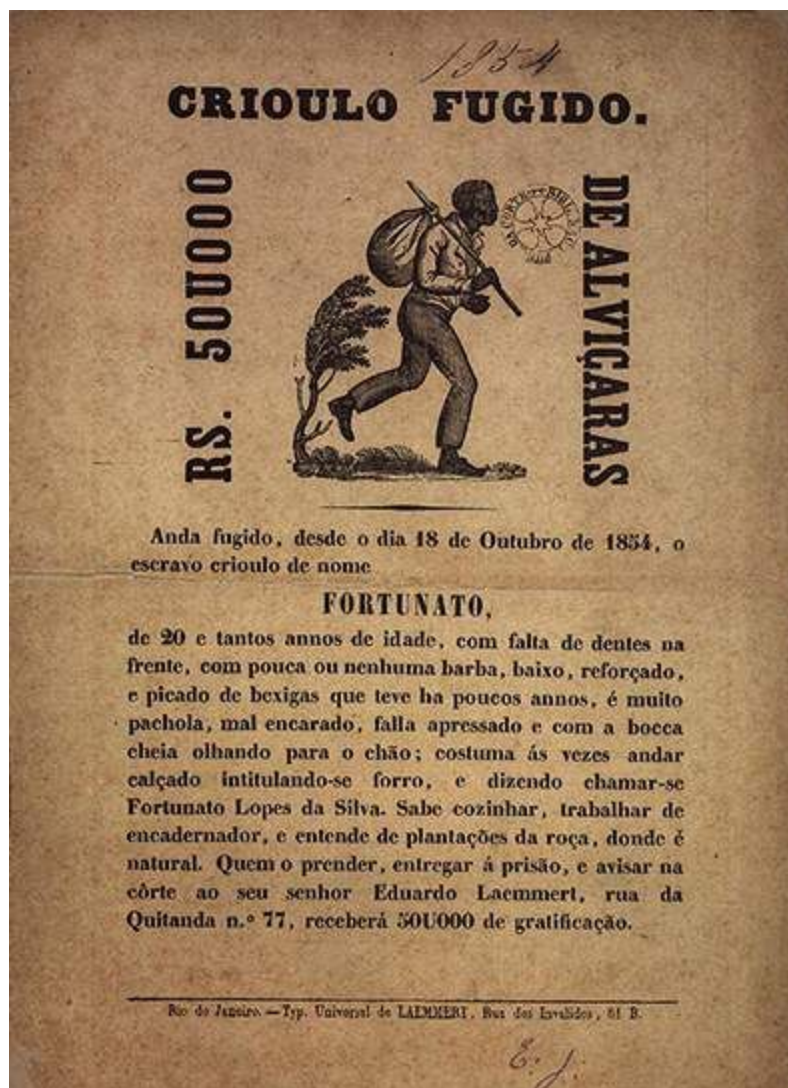


FIGURA 13 Festa de irmandade negra – Rugendas

Fonte: bdlb.bn.gov.br

#ParaTodosVerem: Reprodução de um cartaz de 1854, fixado no Rio de Janeiro para alertar sobre a fuga de um escravo. Na parte superior, no centro em letras grandes há a frase “Crioulo fugido”, embaixo da frase há um desenho de um homem negro, correndo, carregando uma trouxa de roupa amarrada em uma vara de madeira e apoiada no ombro. Do lado esquerdo da imagem está escrito o valor de 50 mil réis. Do lado direito da imagem, está escrito “De Alviçaras”. Abaixo da imagem há um texto que diz: Ainda fugido, desde o dia 18 de outubro de 1854, o escravo crioulo de nome Fortunato, de 20 e tantos anos de idade, com falta de dentes na frente, com pouco ou nenhuma barba, baixo, reforçado e picado de bexigas que teve há poucos anos, é muito pachola, mal encarado, fala apressado e com a boca cheia olhando para o chão; costuma às vezes andar calçado intitulado-se forro, e dizendo chamar-se Fortunato Lopes da Silva. Sabe cozinhar, trabalhar de encadernador e entende de plantação da roça, donde é natural. Quem o prender, entregar à prisão, e avisar na corte ao seu senhor Eduardo Laemmert, rua da Quitanda n.º 77, receberá 50000 de gratificação.

Eduardo Laemmert, rua da Quitanda, número 77, receberá 50 mil réis de gratificação. Fim da descrição.

Lutas e Resistências

Durante muito tempo, estudos apontavam para a passividade e pouca resistência do negro para justificar a permanência e crueldade da escravidão. Entretanto, pesquisas recentes atestam que a presença dos escravos no Brasil foi acompanhada pela rebeldia e pelas mais variadas formas de resistência que tiveram início junto como tráfico negreiro e que, após a abolição da escravatura em 1888, não cessaram e apenas adaptaram suas estratégias de luta para a nova realidade.

Algumas vezes, os escravos fugiam de seus senhores com o objetivo de atingir alguma reivindicação imediata, como a substituição de um feitor. Estas são o que chamamos de fugas reivindicatórias, que apontam as estratégias dos escravos para alterar condições de trabalhos ou de vida, e evidenciam os limites da dominação.

Contudo, a maior parte dos escravos pretendia obter sua liberdade com o ato da fuga. Deve-se observar que fugir era perigoso, difícil e o sucesso dependia diretamente da solidariedade dos que podiam facilitar a fuga, fornecer abrigo ou alimento.

Muitos escravos procuravam abrigo em comunidades formadas por negros fugidos, que eram conhecidas como Quilombos. Estes grupos não eram formados exclusivamente por escravos, e podiam reunir índios, libertos e outros excluídos. Além disso, muitos quilombos ficavam próximos a cidades e participavam das atividades econômicas. Os vários estudos, como os de Clóvis Moura e João José dos Reis, apresentam as lutas dos escravos e ao citarem a localização de quilombos apontam para a existência destes em todas as regiões do Brasil.

Saiba Mais

Para conhecer mais sobre a história dos quilombos no Brasil, pesquise a extensa obra de Clóvis Moura, em especial: “Quilombos – Resistência ao Escravismo”, “Os Quilombos e a Rebelião Negra” e “Rebeliões da Senzala”. Será enriquecedor!

Apesar disso, os quilombos representavam um grande perigo para a estrutura escravista e foram destruídos, como aconteceu com Palmares ou o Quilombo Buraco do Tatu, que ficava próximo à cidade de Salvador.

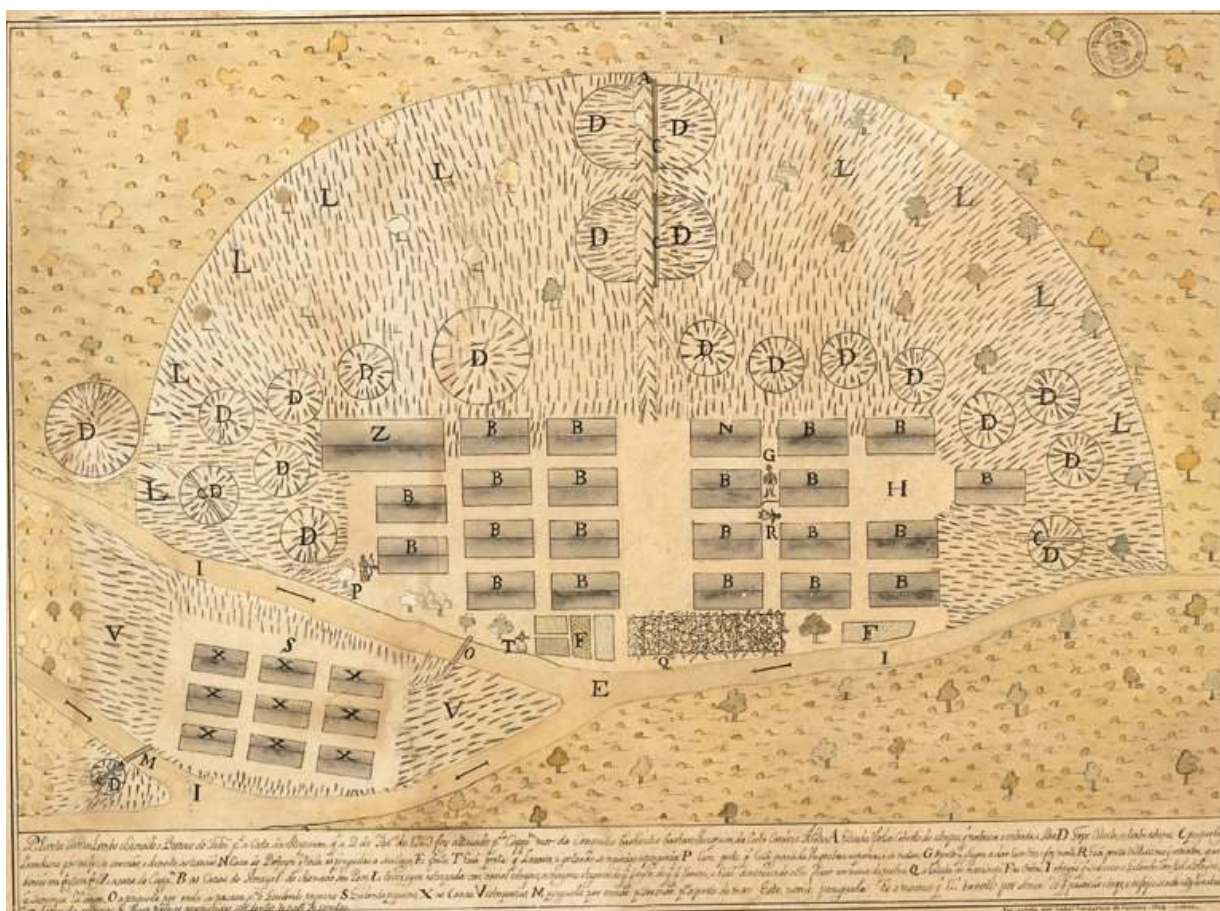


FIGURA 14 | Planta do Quilombo do Tatu, destruído em 2 de setembro de 1763

Fonte: vermelho.org

#ParaTodosVerem: Reprodução de uma planta do Quilombo do Tatu. A planta bastante antiga mostra os setores de organização do Quilombo demarcados pelas letras A, B, C, D, E, H, L, V e Z, compreendendo uma grande área em formato de um semi-círculo. Há uma descrição no final da página, escrita à mão em português antigo, porém não está legível. Fim da descrição.

Os escravos também organizaram levantes e rebeliões que tinham alcances variados, desde a desorganização da produção em uma única propriedade até levantes formalmente organizados, como o Levante dos Males que aconteceu em 1835 na cidade de Salvador. Este e outros levantes ocorridos ao longo do país aumentaram a necessidade da elite em manter o controle da população escrava.

É importante lembrar, que estas não eram as únicas formas de resistência deste grupo. Os escravos resistiam cotidianamente: podia sabotar a produção do senhor, fingir estar doente para diminuir sua jornada de trabalho, envenenar as pessoas da casa-grande, desobedecer sistematicamente e toda uma série de comportamentos que lhes davam controle sobre sua vida, mesmo no ambiente da escravidão.

O Fim da Escravidão e o Pós-Abolição

As mudanças acontecidas nas formas de produção levou a pressões pelo final da escravidão.

A Inglaterra, berço da Revolução Industrial, tomou uma série de medidas para dificultar o tráfico e, em 1845, o governo inglês aprovou uma lei que permitia o apressamento e confisco de navios envolvidos neste tipo de atividade. Esta lei ficou conhecida como Bill Aberdeen, em homenagem a seu criador Lord George Aberdeen.

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Inglaterra ficaram estremecidas, já que o governo imperial não tomou nenhuma providência para conter a entrada e circulação de escravos no país.

Somente em 1850, os deputados brasileiros aprovaram a Lei Eusébio de Queiroz, que proibia o tráfico de escravos no país.

Esta proibição fez o preço do escravo disparar e aumentou o tráfico interprovincial, entre 1873 e 1881, especialmente por causa das demandas do café.

Várias medidas foram discutidas e aprovadas, entre elas destacam-se:

TABELA 1 | Leis Abolicionistas

1871 – Lei do Ventre livre	Liberta as crianças nascidas a partir da data de publicação da lei
-----------------------------------	--

1885 – Lei do Sexagenário	Liberta os escravos com mais de 60 anos
1888 – Lei Áurea	Liberta todos os escravos

A abolição não significou o final dos preconceitos contra os negros e das práticas autoritárias da elite nacional, e a situação concreta dos ex-escravos não fazia parte das preocupações do estado.

Diante destas circunstâncias, estas pessoas constroem trajetórias de luta que marcaram gerações e que permitiram afirmar a importância dos negros na constituição da cultura nacional.

Samba, Carnaval, Capoeira, Candomblé, Culinária... E Não Só!

A formação da identidade nacional é resultado da mescla e amalgama das várias culturas indígenas (tupis, tupinambás, tapuias etc.), europeias (portugueses, espanhóis, franceses, holandeses...) e africanas (nagôs, jejes, berberes, mandingas, haussás, entre outras). Muitos elementos dessas tradições foram incorporados, transformados e considerados genuinamente brasileiros.

Da contribuição africana recebemos ritmos musicais que deram origem a lundus, polcas e o mais popular, reconhecido como parte da identidade brasileira e verdadeiro cartão postal do país, o samba. Os tambores africanos soaram nos terreiros, nas matas e nas minas, tanto para registrarem os lamentos e as dores dos escravos como para manifestar a alegria e o louvor aos santos e orixás nas festas religiosas. Destes festejos herdamos os cordões, os ranchos e, por último, o carnaval. Nas várias regiões do Brasil, existem inúmeras manifestações culturais que têm origens africanas como as Congadas e Reisados, o Maracatu, o Samba de Roda (o de Cachoeira/BA é considerado patrimônio imaterial do Brasil), o Tambor de Crioula...



FIGURA 15 | Roda de samba

Fonte: brasil.gov

#ParaTodosVerem: Foto de uma roda de samba. Na imagem, há mais de 10 pessoas reunidas formando um semi-círculo. À esquerda, há duas mulheres negras de pé, batendo palmas: uma delas veste um vestido de cor alaranjado com lantejoulas aplicadas à peça conferindo brilho, na cabeça, tem um lenço branco amarrado em forma de turbante; a outra mulher, um pouco mais baixa, veste uma saia comprida florida, blusa branca e também tem um lenço amarrado na cabeça como turbante. No centro da roda, um pouco à frente, uma mulher negra dança, está com um pé na frente do outro e os braços semi flexionados, dando impressão de movimento, veste uma saia comprida branca, blusa vermelha, usa colar de conta branca e está de sandálias. Do lado direito, há dois homens negros sentados tocando tambor, as mãos estão espalmadas sobre os tambores de cores vermelha e marrom. Ao lado deles há outras pessoas sentadas batendo palmas e no canto direito há um homem negro, de pé tocando um atabaque maior de cor branca, suas mãos estão espalmadas sobre o atabaque e uma mulher negra ao seu lado, vestida com saia azul de tecido brilhante, blusa branca e lenço branco amarrado à cabeça, usa também colares

de contas, segura um objeto branco nas mãos com efeito de percussão. Fim da descrição.

Aos escravos quase nenhum descanso era permitido e nos momentos livres, de vadiagem, reunidos em círculo, os negros se agitavam em plásticos movimentos, em giros sobre o próprio corpo, fazendo acrobacias ao som de instrumentos musicais e de palmas ritmadas. Repetiam refrões entoados por um dos negros da roda e realizavam uma verdadeira dança. Esses mesmos movimentos, essa mesma plasticidade e ritmos permitiam ao praticantes a autodefesa e aos fujões se livrarem dos seus perseguidores por meio da luta: era a capoeira.

A prática da capoeira foi proibida no Brasil até a década de 30, quando Getúlio Vargas afirmou que a capoeira era “o único esporte verdadeiramente nacional”.



FIGURA 16 Capoeira ou a dança de guerra – Rugendas, 1835

Fonte: Wikimedia Commons

#ParaTodosVerem: Pintura do artista Rugendas, “Capoeira ou dança de guerra”. Na imagem, há 12 pessoas negras, todas descalças e a maioria está de pé, formando um semi-círculo. No fundo da imagem, há uma sequência de casas de paredes claras e telhado de telhas marrom, indicando ser casa de pessoas ricas. As pessoas negras estão reunidas no fundo dessas casas, em área aberta, há um coqueiro e pode-se ver as montanhas ao fundo. À esquerda há um homem de vestimenta azul, leva uma faca amarrada à cintura e bate palmas, ao seu lado há outro homem negro, usa calça azul, camisa verde e usa um chapéu bege, está com ambos os braços levantados. No centro da figura, dois homens lutam capoeira: um deles veste calça vermelha e camisa amarela, está de lado as pernas abertas, com a perna esquerda à frente, o corpo está um pouco curvado para frente, os punhos fechados e os braços à frente do corpo, como em posição de luta. O outro lutador veste apenas calça amarela e um cinto vermelho, está de frente, a perna direita flexionada e a perna esquerda ereta, o braço esquerdo está flexionado de maneira que a mão está em frente ao peito; o braço direito está também flexionado ao lado do corpo, ambos os punhos fechados também em posição de luta, olhando seu oponente. Do lado direito da imagem, há um homem negro, vestindo calça verde-clara, está com braço erguido e segura uma vara de bambu, ao seu lado há três mulheres de pé assistindo, uma delas está com uma cesta de abacaxis apoiada na cabeça e leva um charuto à boca. Ainda do lado direito, há um homem negro sentado em uma pedra, entre as pernas ele segura um tambor, as palmas das mãos estão em frente ao tambor, indicando que ele está tocando. No segundo plano da imagem, há uma mulher negra, usando saia comprida azul e blusa clara, aberta nos seios, deixando-os à mostra, está em frente a uma panela sobre uma fogueira no chão, ela está ajoelhada e oferece um prato a um homem negro que está de pé, tem uma aparência de mais idade. Ele agradece à mulher, com o chapéu na mão e o braço flexionado. Fim da descrição.

Outra grande contribuição africana à cultura nacional, trazida pelas mãos das mulheres negras que eram destinadas aos trabalhos domésticos e ao cultivo das hortas, está na culinária. Pratos como o vatapá, acarajé, caruru, mungunzá, sarapatel, baba de moça, cocada, bala de coco e muitos outros foram criados entre os escravos e ganharam o gosto popular. O uso de ervas para a cura dos males, do corpo após a chibata, para os chás que acalmam e o bebê ou para os problemas femininos também foi herança da sabedoria africana. Porém, sem dúvidas, o mais famoso dos preparos culinários é a feijoada, que hoje é uma das maiores referências da cozinha nacional.

Alguns autores defendem que as origens da feijoada estão nas senzalas, onde as escravas juntavam ao feijão preto as partes do porco que não eram consumidas pelo senhor, como a orelha e o rabo.

Cabe acrescentar, ainda, a influência africana na língua portuguesa falada no Brasil. Os africanos espalharam a língua dos portugueses, misturadas a termose expressões de suas línguas de origem e aos idiomas dos indígenas por onde passaram. Daí os inúmeros vocábulos de origem bantu (quiabo, farofa, quitanda, moleque, caxumba, dengo, jiló...), das línguas como o Quicongo, o Umbundo e basicamente o Quimbundo, que acabaram por superar a ascendência de línguas sudanesas, como o Nagô ou mesmo o português de Portugal (como exemplo, falamos: “cochilar” e não “dormitar”, “caçula” no lugar de “benjamim” para designar o filho mais novo). Segundo Lopes (2011, p. 196ss), os vocábulos nagôs ficaram restritos às praticas e tradições ligadas aos orixás, bem como a música, a descrição dos trajes e a culinária afro-baiana.

Saiba Mais

Para conhecer mais sobre a contribuição linguística dos povos africanos à língua falada no Brasil, pesquise a obra de Nei Lopes!



FIGURA 17 | Candomblé (representação do Orixá Omulu/ Obaluaê)

Fonte: geledes.org

#ParaTodosVerem: Foto de uma pessoa negra representando o Orixá Omulu/Obaluaê. Usa uma vestimenta feita inteiramente de palha: saia comprida de palha, adereços do tipo bracelete também de palha na parte superior dos braços. Na cabeça, usa uma espécie de chapéu feito com palha e contas de búzios, a palha do adereço da cabeça se estende até os joelhos, tampando o rosto da pessoa que a veste. Nas mãos, segura um outro adereço de palha parecido com uma corda. O corpo está em uma posição um pouco arqueada para frente e a cabeça virada para o lado direito. Fim da descrição.

No campo religioso, as culturas africanas procuraram recriar não só suas visões de mundo e sociedade, mas também resgatar suas tradições e manter os cultos aos seus orixás e antepassados. O Candomblé foi o espaço encontrado para, sob a liderança feminina das *yalorixás*, manter vivos e atualizados seus valores religiosos.

No Candomblé resgatado e vivenciado no Brasil não faltaram os elementos característicos e fundamentais da religiosidade africana: o lugar ocupado pela natureza, a interação entre a vida individual e o grupo social, o papel dos antepassados. A vivência nos candomblés propiciou aos escravos a construção de laços destruídos pelo tráfico, homens e mulheres de nações diferentes, arrancados de suas famílias e terras agora eram filhos e filhas de um mesmo orixá sob a proteção de uma única Mãe, a zeladora do Santo – a *Yalorixá*. Ali era possível ouvir seus cantos (transmitidos oralmente e em yorubá!), recordar e transmitir seus mitos e lendas, tocar seus tambores, comer suas comidas e celebrar o fato de ainda estarem vivos, à despeito de todos os sofrimentos. Os espaços sagrados foram locais privilegiados para a manutenção e recriação de muitas das tradições culturais e religiosas de origem africanas no Brasil.

Às tradições religiosas yorubás foram reunidos ora elementos do catolicismo, ora elementos indígenas dando origem a uma religiosidade popular carregada de elementos sincréticos. Novas religiões, com uma mesma matriz africana, se desenvolveram: a Umbanda, o Xangô de Recife, o Tambor de Mina e em todas elas foram preservadas a riqueza e diversidade cultural africanas.

A Questão do Racismo

A Constituição de 1988 afirma que todos as pessoas nascem iguais e são portadoras de direitos inerentes a condição de ser humano. Esta lei vale para todos e é proibido discriminar as pessoas, seja qual for a razão.

O direito da igualdade de tratamento é acompanhada pelo direito a diferença. Este direito é a possibilidade de ser e viver de acordo com sua cultura e suas características pessoais sem sofrer nenhum tipo de discriminação por este motivo.

O direito a igualdade e o direito à diferença garantem a existência de uma sociedade plural, que respeita todas as tradições culturais e escolhas pessoais, para que todos sejam tratados com igualdade.

Racismo é tratar alguém de forma diferente e inferior por causa de cor, raça, etnia, religião ou procedência nacional, segundo o artigo 1 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, que foi alterado pela Lei 9459 de 13 de

maio de 1997. A legislação brasileira também prevê como crime a discriminação por práticas religiosas, quaisquer que sejam.

A formação de uma sociedade plural é um processo de construção e o papel de todos nos é ajudar a erradicar estas práticas, por isso: DENUNCIE!

TABELA 2 | Mecanismos legais que podem ser utilizados em caso de Racismo

Código Penal - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940	<p>Art. 140. Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro:</p> <p>Pena – detenção, de um a seis meses, ou multa.</p> <p>§ 3º. Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência: (Redação dada pela Lei nº 10.741, de 2003)</p> <p>Pena - reclusão de um a três anos e multa. (Incluído pela Lei nº 9.459, de 1997)</p>
Lei nº 7716 de 5 de janeiro de 1989	Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

**Convenção
internacional sobre a
eliminação de todas
as formas de
discriminação racial**

Ratificada pelo Decreto 65810 de 1969.



Material Complementar

Indicações para saber mais sobre os assuntos abordados nesta Unidade:

Livros

Porque a Diversidade Faz Bem

AMARAL, R. **Porque a diversidade faz bem**. Os Urbanitas – Revista de Antropologia Urbana. Ano 5, v. 5, n. 7, 2008.

Coleção História Geral da África

7 Volumes.

Filmes

A Negação do Brasil

Direção: Joel Zito Araújo | Ano de Lançamento: 2000.

O documentário analisa o papel atribuído aos atores negros, que sempre representam personagens mais estereotipados e negativos, na TV.

Clique no botão para conferir o conteúdo.

ASSISTA

Quanto Vale ou é Por Quilo?

Direção: Sergio Bianchi | Ano de Lançamento: 2005.

O filme questiona não apenas o racismo, mas também as maneiras ineficazes de combatê-lo hoje em dia.

Clique no botão para conferir o conteúdo.

ASSISTA

Leitura

Anotações Sobre o Universal e a Diversidade

Clique no botão para conferir o conteúdo.

ACESSE

Antropologia e Direitos Humanos: Alteridade e Ética no Movimento de Expansão dos Direitos Fundamentais

Clique no botão para conferir o conteúdo.

ACESSE

Gênese, Evolução e Universalidade dos Direitos Humanos frente à Diversidade de Culturas

Clique no botão para conferir o conteúdo.

ACESSE

Superando o Racismo

Clique no botão para conferir o conteúdo.

ACESSE



Referências

ALBUQUERQUE, W. R. FRAGA FILHO, W. **UMA HISTÓRIA DO NEGRO NO BRASIL**. Salvador: Centro de Estudos Afro Orientais, 2007. Disponível em: <<http://www.ceao.ufba.br/2007/livrosvideos.php>>.

AVÉ-LALLEMANT, R. **Viagens pelo norte do Brasil no ano de 1859**. Tradução de Eduardo de Lima Castro. Rio de Janeiro: INL/Ministério da Educação e Cultura, 1961.

BARROS, Z. dos S. **Educação e relações étnico-raciais**. Salvador: Centro de Estudos Afro Orientais, 2011. Disponível em: <<http://www.ceao.ufba.br/2007/livrosvideos.php>>.

MONTEIRO, J. M. **NEGROS DA TERRA** – Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

NASCIMENTO, E. L. (org.). **Cultura em movimento**. Matrizes africanas e ativismo negro no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2008.

LOPES, N. **Bantos, Malês e identidade negra**. 3. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

HOLANDA, S. B. **História Geral da Civilização Brasileira** – A época colonial. Tomo I – Volume 2: Administração, economia, sociedade. 10. Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

REIS, J. J. **Rebelião Escrava no Brasil** – A história do Levante dos Malês em 1835. 3. Edição revista e ampliada. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

_____. **A morte é uma festa.** Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil noséculo XIX. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

_____; GOMES, F. dos S. (org.). **Liberdade por um fio.** História dos Quilombos no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

VIEIRA, A. **Essencial Padre Antônio Vieira.** Organização e Introdução de Alfredo Bosi. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.